

DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM AMBIENTES MULTIFUNCIONAIS

DEVELOPING THE AUTONOMY OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN MULTIFUNCTIONAL ENVIRONMENTS

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.020-045>

Samara Fernandes Costa

Especialista em Psicopedagogia e Atendimento Educacional Especializado e Salas de Recursos Multifuncionais Pela Faculdade de Ensino Superior Facprisma de Coronel Fabriciano – MG.

E-mail: samara.s.fernandes@edu.mt.gov.br
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/9003498741372737>

Edilce Teresinha de Barros Miercarm

Pós-Graduação
Graduação: UFMT
Pós-Graduação: FAVENI
E-mail: e-mail edilce.m@hotmail.com

Gildeth Batista de Souza

Esp. Atendimento educacional especializado
Unicesumar
E-mail: gildethbatistadesouzagil@gmail.com

Aparecida Ferreira Lima

Graduação em Pedagogia
Universidade Federal de Rondonópolis
E-mail: prof.cidallima@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa o desenvolvimento da autonomia de alunos com deficiência intelectual em ambientes multifuncionais, com foco nas práticas pedagógicas adotadas no Atendimento Educacional Especializado. Tal problemática consiste em compreender como a atuação do professor e as estratégias aplicadas nas Salas de Recursos Multifuncionais influenciam o processo de construção da independência desses estudantes. Essa questão se faz necessária diante da crescente demanda por uma educação inclusiva que promova, além do acesso, a participação ativa e o protagonismo dos alunos com deficiência. O objetivo central deste estudo é investigar como a autonomia pode ser estimulada e consolidada por meio de metodologias específicas, adaptadas às necessidades individuais desses educandos. Para isso, foram empregados os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica de livros, artigos científicos, periódicos e documentos institucionais publicados entre 2013 e 2025, disponíveis em bases acadêmicas reconhecidas. Esse propósito foi fundamentado a partir da análise qualitativa de produções relevantes que abordam inclusão escolar, práticas pedagógicas inclusivas e autonomia na deficiência intelectual. A pesquisa evidenciou que o desenvolvimento da autonomia está diretamente relacionado à atuação do professor especializado, à adoção de metodologias ativas e ao uso de recursos acessíveis e personalizados. Constatou-se, ainda, que o sucesso do processo depende de planejamento individualizado, mediação sensível e articulação entre os profissionais da escola. Apesar dos avanços teóricos, foram identificadas limitações estruturais e formativas



que ainda comprometem a efetividade das ações. Conclui-se que o fortalecimento da autonomia representa um eixo essencial para a inclusão escolar plena.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Autonomia; Inclusão Escolar; Sala de Recursos Multifuncionais; Educação Especial.

ABSTRACT

This paper analyzes the development of autonomy in students with intellectual disabilities within multifunctional educational environments, focusing on pedagogical practices implemented through Specialized Educational Support services. The central issue lies in understanding how teacher interventions and the use of inclusive strategies in Resource Rooms contribute to the construction of student independence. This subject is relevant due to the growing demand for inclusive education that ensures not only school access but also active participation and student protagonism. The main objective of this study is to investigate how autonomy can be stimulated and strengthened through specific methodologies tailored to the individual needs of these students. To achieve this, a bibliographic review was conducted, based on books, scientific articles, academic journals, and institutional documents published between 2013 and 2025, retrieved from reputable academic databases. The study was grounded in qualitative analysis, aiming to highlight theoretical and practical aspects related to inclusion, pedagogical strategies, and intellectual disability. Results indicate that the development of autonomy is directly influenced by the specialized teacher's role, the application of active methodologies, and the integration of accessible and individualized resources. It was also found that success in this process requires sensitive mediation, individualized planning, and collaborative work within the school environment. Despite theoretical progress, structural and training limitations continue to challenge the full realization of inclusive practices. The study concludes that promoting autonomy is a fundamental pillar for achieving effective educational inclusion.

Keywords: Intellectual Disability; Autonomy; School Inclusion; Resource Room; Special Education.



1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, enquanto princípio fundamental de uma sociedade democrática, busca garantir a equidade de oportunidades e o reconhecimento das singularidades no processo de ensino e aprendizagem. No contexto da inclusão escolar, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se como uma estratégia essencial para assegurar o desenvolvimento pleno de estudantes com deficiência, especialmente aqueles com deficiência intelectual. As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), criadas como parte das políticas públicas de inclusão, oferecem um espaço complementar ao ensino comum, voltado à oferta de suporte pedagógico individualizado, centrado nas necessidades específicas de cada aluno. Dentro desse cenário, ganha destaque o papel da autonomia como elemento-chave para a participação ativa desses estudantes na vida escolar e social (OLIVEIRA e RESENDE, 2016).

A deficiência intelectual, caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, impõe desafios específicos à escolarização e ao desenvolvimento de habilidades que possibilitem maior independência. Alunos com esse perfil demandam estratégias que respeitem seu ritmo de aprendizagem, incentivem a tomada de decisões e promovam o protagonismo na realização de tarefas cotidianas. O desenvolvimento da autonomia, nesse caso, ultrapassa o domínio de conteúdos escolares, envolvendo a construção de competências sociais, emocionais e práticas que favoreçam a inclusão efetiva. A escola, como espaço de socialização e formação cidadã, assume papel central nesse processo, sendo a SRM um local privilegiado para a concretização dessas ações (FERNANDES e DALL'ACQUA, 2016).

Compreender como o Atendimento Educacional Especializado, ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais, contribui para o fortalecimento da autonomia de alunos com deficiência intelectual constitui a problemática central deste trabalho. Apesar da existência de diretrizes e políticas públicas que regulamentam o funcionamento do AEE, pouco se conhece sobre as práticas pedagógicas efetivas que promovem a independência funcional desses estudantes.

O estudo justifica-se pela relevância de investigar as condições que favorecem o desenvolvimento da autonomia em estudantes com deficiência intelectual, visando contribuir com a qualificação do atendimento ofertado nas SRM. A literatura aponta que a autonomia é uma dimensão essencial para a inclusão, mas ainda pouco explorada nas práticas pedagógicas do AEE. Há necessidade de reunir conhecimentos teóricos e empíricos que subsidiem os educadores em sua atuação, garantindo que os alunos não apenas estejam presentes fisicamente na escola, mas participem de forma ativa, reflexiva e crítica de seu próprio processo educativo. A valorização da autonomia se relaciona diretamente com os princípios da dignidade humana, da autodeterminação e da cidadania.

Este trabalho tem como objetivo geral investigar, por meio de revisão de literatura, de que maneira o Atendimento Educacional Especializado pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia de alunos



com deficiência intelectual em ambientes multifuncionais. Como objetivos específicos, pretende-se identificar práticas pedagógicas voltadas à promoção da autonomia; analisar o papel do professor do AEE nesse processo; compreender a influência dos recursos didáticos e das tecnologias assistivas; e refletir sobre os desafios enfrentados no cotidiano escolar. A proposta metodológica de revisão bibliográfica permite a sistematização e análise de estudos existentes, oferecendo um panorama teórico que pode orientar futuras ações pedagógicas.

A escolha da abordagem bibliográfica fundamenta-se na intenção de construir um referencial teórico sólido, baseado em estudos já realizados e documentos oficiais, que permitam ampliar a compreensão sobre as possibilidades e limites da atuação do AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais. A partir desse levantamento, será possível extrair reflexões críticas sobre o desenvolvimento da autonomia e suas implicações para a prática docente e para a vida dos alunos com deficiência intelectual. Contribuir com o debate educacional, sensibilizar profissionais da área e valorizar a importância da inclusão plena são propósitos que norteiam esta investigação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

O conceito de deficiência intelectual envolve limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que se manifestam antes dos 18 anos de idade. Essas limitações impactam diretamente a aprendizagem, exigindo adaptações pedagógicas que contemplam as singularidades cognitivas de cada estudante. Processos como abstração, generalização, memória de trabalho e solução de problemas tendem a apresentar desafios mais acentuados.

O processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência intelectual requer metodologias diferenciadas, que levem em consideração tanto as necessidades individuais quanto os aspectos emocionais e sociais. As práticas pedagógicas devem promover ambientes de estímulo, acolhimento e participação, para que o estudante se sinta pertencente e motivado a aprender. Segundo Garcia e Paula Nunes (2019), o reconhecimento da diversidade humana nas escolas é um fator determinante para o sucesso de práticas inclusivas voltadas ao fortalecimento da aprendizagem. A afetividade, o ritmo de ensino e a mediação contínua são fatores que interferem de modo direto no avanço educacional desses estudantes.

O desenvolvimento da linguagem, oral ou escrita, é uma das áreas frequentemente comprometidas na deficiência intelectual. Essa limitação pode afetar a comunicação com colegas e professores, dificultando a compreensão de conteúdos escolares e a expressão de ideias. A intervenção pedagógica precisa considerar estratégias visuais, práticas e interativas para ampliar os canais de comunicação do aluno. Para Fernandes e Dall'Acqua (2016), a formação dos professores deve contemplar o uso de recursos didáticos alternativos



e práticas acessíveis que ampliem o repertório de compreensão dos alunos, contribuindo para o sucesso escolar.

Dentro das Salas de Recursos Multifuncionais, a aprendizagem ganha novas dimensões ao permitir a personalização dos métodos e materiais, favorecendo a autonomia intelectual do aluno. O atendimento nesse espaço deve considerar o plano de desenvolvimento individual e as potencialidades específicas de cada estudante, promovendo a aquisição progressiva de conhecimentos e habilidades. Oliveira e Resende (2016) destacam que o processo avaliativo nas SRM precisa ser contínuo e flexível, respeitando os avanços individuais e compreendendo a aprendizagem como um processo dinâmico e não linear.

A construção do conhecimento em alunos com deficiência intelectual também passa pela valorização da autonomia como parte do processo de aprendizagem. Atividades que incentivem a tomada de decisões, a resolução de problemas cotidianos e a autorregulação do comportamento devem estar integradas às práticas pedagógicas. A autonomia está diretamente ligada à percepção que o indivíduo tem de sua própria capacidade, sendo influenciada pelas experiências vividas no ambiente escolar e pelas oportunidades de participação ativa (ANTONIOLI e EISENBERG, 2023 p.04).

O papel do professor no processo de aprendizagem é crucial para promover avanços significativos na trajetória educacional desses alunos. A mediação pedagógica, a escuta sensível e a adaptação das atividades às possibilidades do aluno são ações fundamentais.

A utilização de metodologias ativas tem se mostrado eficiente para estimular o engajamento e a aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual. Estratégias como projetos, jogos pedagógicos, atividades experimentais e resolução de problemas concretos criam contextos ricos de aprendizagem, incentivando o aluno a participar de forma ativa do seu processo formativo. Segundo Pereira e Sousa (2025), tais metodologias possibilitam maior protagonismo e favorecem o desenvolvimento de competências que extrapolam o campo cognitivo, envolvendo também aspectos emocionais e sociais.

A aprendizagem se fortalece quando o ambiente escolar promove interações significativas e respeita os limites e potencialidades de cada aluno. As atividades devem ser planejadas com base na realidade do estudante, contemplando seus interesses e experiências prévias. Reis (2017) ressalta que as SRM oferecem um espaço diferenciado que favorece esse tipo de intervenção pedagógica, permitindo que o aluno desenvolva suas habilidades de maneira mais personalizada e, ao mesmo tempo, inclusiva.

A deficiência intelectual não deve ser vista como um obstáculo absoluto à aprendizagem, mas como uma condição que exige estratégias específicas e um olhar sensível por parte do educador. A valorização das pequenas conquistas e a paciência no acompanhamento dos avanços são aspectos essenciais.

O uso de recursos tecnológicos e materiais adaptados tem impacto direto no desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência intelectual. Ferramentas como softwares educativos, pranchas de comunicação, jogos digitais e objetos concretos enriquecem o repertório pedagógico e facilitam a compreensão dos conteúdos. Silva (2023) observa que o desenvolvimento da autonomia em ambientes



multifuncionais está atrelado à acessibilidade e à mediação efetiva que integre os recursos às necessidades do aluno, sem limitar sua capacidade de pensar e agir com independência.

A rotina escolar deve ser organizada de forma a promover estabilidade emocional e previsibilidade para os alunos com deficiência intelectual, favorecendo sua concentração e motivação. A repetição de tarefas com variações progressivas de complexidade, os horários estruturados e a clareza nas orientações são práticas que auxiliam na internalização de rotinas cognitivas e sociais.

A aprendizagem, nesse contexto, não se resume à aquisição de conteúdos, mas à construção da autonomia e da capacidade de conviver em sociedade com respeito, responsabilidade e empatia. O desafio da escola é atuar como mediadora de experiências que transformem limitações em possibilidades e respeitem o tempo de cada um. Para Garcia e Paula Nunes (2019), a educação inclusiva de qualidade só se concretiza quando há investimento em políticas públicas, formação continuada de professores e estrutura adequada nas unidades escolares. O processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual precisa ser entendido como contínuo, dinâmico e repleto de potencialidades.

2.2 A AUTONOMIA COMO ELEMENTO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

A inclusão educacional pressupõe não apenas o acesso físico à escola, mas o pleno envolvimento do aluno no processo de aprendizagem, com ênfase no desenvolvimento de competências que ampliem sua independência e participação social. A autonomia surge, nesse contexto, como eixo estruturante de práticas pedagógicas que valorizam a singularidade e promovem o protagonismo dos estudantes.

O estímulo à autonomia favorece a formação de sujeitos críticos, conscientes de suas capacidades e corresponsáveis pelo próprio processo de aprendizagem. Esse desenvolvimento ocorre por meio da vivência de experiências significativas, da possibilidade de escolhas e da resolução de desafios cotidianos. Para Garcia e Paula Nunes (2019), a autonomia se consolida quando o aluno é reconhecido como agente ativo, e não apenas receptor passivo do ensino. A escola, nesse sentido, deve ser espaço de experimentação, diálogo e respeito às diferenças.

Ambientes escolares que investem em ações voltadas ao fortalecimento da autonomia criam condições mais justas para a inclusão. A adaptação do currículo, a utilização de materiais acessíveis e o uso de metodologias diversificadas são elementos que favorecem esse processo. Oliveira e Resende (2016) indicam que, nas Salas de Recursos Multifuncionais, o planejamento deve priorizar atividades que estimulem a iniciativa, a autorregulação e a organização pessoal do aluno, contribuindo para sua atuação autônoma em outros contextos da vida escolar.

O papel do professor é determinante nesse percurso, pois é ele quem constrói pontes entre os objetivos pedagógicos e as necessidades do aluno. Ao reconhecer a autonomia como um direito e um objetivo educacional, o educador reformula sua prática, promovendo a aprendizagem centrada na



experiência e na participação do estudante. De acordo com Fernandes e Dall'Acqua (2016), a formação docente deve incluir competências para lidar com a diversidade, superar barreiras atitudinais e propor estratégias que favoreçam a construção progressiva da autonomia.

A autonomia se manifesta de forma diversa em cada indivíduo, exigindo atenção contínua aos aspectos emocionais, cognitivos e sociais que influenciam sua expressão. Criar situações em que o aluno possa decidir, errar e tentar novamente contribui para o fortalecimento de sua confiança. Segundo Antonioli e Eisenberg (2023), essa construção exige tempo, consistência e apoio, pois envolve tanto aspectos internos quanto fatores externos, como o ambiente escolar e o suporte familiar.

Metodologias ativas ganham destaque nesse contexto por proporcionarem aprendizagens mais participativas, nas quais o estudante assume o controle parcial de seu processo formativo. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, resolução de problemas e uso de jogos didáticos permitem maior envolvimento e autoria. Pereira e Sousa (2025) destacam que essas abordagens possibilitam a ampliação do engajamento, a melhoria na comunicação e o fortalecimento de vínculos sociais, que são essenciais para o exercício da autonomia.

A inclusão, ao se comprometer com a autonomia, rompe com modelos assistencialistas e promove a valorização da dignidade do estudante. O respeito pelo tempo de aprendizagem e a valorização das conquistas individuais tornam-se fundamentais nesse processo. Para Reis (2017), a presença das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas públicas contribui para a individualização do ensino e para a criação de condições que favoreçam a emancipação dos alunos com deficiência intelectual. Esses espaços devem ser vistos como ferramentas para potencializar a autonomia e não como ambientes de reforço apenas.

A autonomia não se limita à realização de tarefas de forma independente, mas envolve tomada de decisões, autocontrole e capacidade de resolver problemas cotidianos. Essas competências devem ser desenvolvidas ao longo do percurso escolar por meio de intervenções planejadas e suporte adequado.

A avaliação do progresso na autonomia deve considerar os avanços individuais e não apenas comparações com parâmetros gerais. Observar atitudes, registrar conquistas e ajustar intervenções faz parte de um processo avaliativo mais sensível e eficaz. Os indicadores de autonomia devem ser pautados na realidade do aluno e nas metas estabelecidas de acordo com seu plano de atendimento individualizado, reconhecendo que cada progresso representa um avanço importante (SILVA, 2023 p.04).

Promover a autonomia também significa fomentar o sentimento de pertencimento e autoestima do aluno, fatores que interferem diretamente em seu desempenho escolar. Ao participar de decisões, expressar opiniões e ver suas ações reconhecidas, o estudante fortalece sua identidade.

A família tem papel importante no estímulo à autonomia, devendo atuar de forma colaborativa com a escola para que os objetivos educativos sejam alinhados. Situações simples do cotidiano, como escolher a roupa ou organizar o material escolar, ajudam na construção da independência e reforçam o que é



vivenciado em sala. Garcia e Paula Nunes (2019) ressaltam que a corresponsabilidade entre escola e família amplia as possibilidades de desenvolvimento integral e fortalece a base para uma inclusão verdadeira.

O compromisso com a inclusão passa, necessariamente, pela valorização da autonomia como um dos principais indicadores de sucesso escolar. Criar espaços que respeitem as individualidades, promovam desafios adequados e estimulem a participação ativa dos estudantes é essencial. Autonomia e inclusão se entrelaçam como caminhos complementares para uma educação mais humana, justa e transformadora.

2.3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

O Atendimento Educacional Especializado surgiu como resposta às necessidades específicas dos alunos com deficiência, oferecendo suporte pedagógico complementar à escolarização comum. Nas Salas de Recursos Multifuncionais, esse atendimento se concretiza por meio de práticas organizadas, planejadas e adaptadas, considerando as potencialidades de cada estudante.

A organização das Salas de Recursos deve refletir a diversidade dos sujeitos que ali aprendem, possibilitando o uso de múltiplas linguagens, tecnologias assistivas e estratégias metodológicas que favoreçam a participação. A proposta é que essas salas não sejam locais de reforço escolar, mas de mediação especializada, alinhada ao plano de ensino individualizado. De acordo com Reis (2017), o atendimento nesses ambientes deve articular-se à proposta curricular da escola, funcionando como um espaço de apoio, e não de substituição da sala regular.

O planejamento pedagógico do professor responsável por esse atendimento exige sensibilidade, conhecimento técnico e domínio de práticas acessíveis. Cada aluno é acompanhado com base em suas necessidades educacionais específicas, e a construção de objetivos de aprendizagem se baseia em observações sistemáticas e avaliações contínuas. Para Oliveira e Resende (2016), o sucesso do trabalho na Sala de Recursos está ligado à capacidade de adaptação e ao acompanhamento do progresso dos estudantes, respeitando sua individualidade.

A articulação entre o professor do AEE e os docentes da sala comum é essencial para garantir coerência entre os conteúdos trabalhados e promover a inclusão efetiva. A troca de informações, o planejamento conjunto e o compartilhamento de estratégias contribuem para uma prática mais integrada e eficaz. Fernandes e Dall'Acqua (2016) ressaltam que a formação inicial ainda carece de aprofundamento quanto à atuação colaborativa entre profissionais da educação especial e os demais docentes, o que exige investimentos em formação continuada.

O uso de metodologias ativas nesse contexto tem potencial para transformar a forma como o aluno com deficiência se engaja no processo de aprendizagem. Atividades baseadas em resolução de problemas, jogos didáticos e projetos estimulam a participação e valorizam a experiência prática. Pereira e Sousa



(2025) apontam que essas estratégias são fundamentais para o desenvolvimento da autonomia, pois colocam o estudante em posição de protagonista e permitem que ele experimente, reflita e aprenda com os próprios desafios.

A estrutura física da sala, os recursos disponíveis e a ambientação também impactam a qualidade do atendimento. Espaços organizados de forma funcional, com materiais acessíveis e estímulos adequados, favorecem a aprendizagem e o bem-estar. Ambientes preparados para a diversidade favorecem o acolhimento e promovem um clima de pertencimento, o que é decisivo para o engajamento do aluno e para a construção de sua identidade escolar (GARCIA e PAULO NUNES, 2019 p.03).

As ações realizadas na Sala de Recursos precisam ser monitoradas e avaliadas de forma sistemática, não com foco em resultados imediatos, mas no progresso individual. A avaliação deve considerar o percurso, as tentativas e as conquistas de cada aluno, respeitando seu ritmo e suas formas de expressão. Silva (2023) defende que indicadores de aprendizagem precisam ser construídos a partir de parâmetros reais, considerando a complexidade de cada caso e as condições de desenvolvimento de cada sujeito.

O Atendimento Educacional Especializado não deve se restringir ao âmbito técnico, mas também considerar os aspectos afetivos e relacionais do processo de ensinar e aprender. A relação professor-aluno, pautada pela escuta, confiança e empatia, é um fator determinante para a construção do vínculo e para o fortalecimento da autoestima.

A autonomia, desenvolvida de forma gradativa dentro da Sala de Recursos, amplia a capacidade do estudante de lidar com situações novas e complexas. Atividades que estimulem a resolução de problemas cotidianos, a organização pessoal e a tomada de decisões são essenciais para a formação de sujeitos mais independentes. Para Antonioli e Eisenberg (2023), investir em autonomia é investir em inclusão verdadeira, pois amplia as possibilidades de participação do aluno na vida escolar e na sociedade.

A atuação do professor especializado deve se estender além das fronteiras da sala, promovendo formação entre pares, orientação às famílias e articulação com a gestão escolar.

A proposta do atendimento especializado em ambientes multifuncionais exige revisão constante de práticas, escuta ativa dos sujeitos envolvidos e abertura para mudanças. A diversidade dos alunos impõe desafios que não podem ser enfrentados com soluções padronizadas, mas com criatividade, sensibilidade e compromisso com os direitos educacionais. Garcia e Paula Nunes (2019) reforçam que o papel da escola é garantir que todos tenham acesso ao conhecimento, ao convívio e à possibilidade de aprender conforme suas potencialidades.

A qualificação profissional, o suporte institucional e o compromisso com a inclusão formam a base do sucesso do atendimento especializado. O professor, nesse processo, deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa a ser mediador de experiências, construtor de pontes e defensor da equidade. Fernandes



e Dall'Acqua (2016) apontam que a valorização do educador e a oferta de condições dignas de trabalho são passos fundamentais para consolidar uma educação inclusiva de fato, e não apenas de direito.

2.4 ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DA AUTONOMIA

Promover a autonomia de alunos com deficiência intelectual exige intencionalidade e planejamento cuidadoso por parte dos educadores. Estratégias eficazes passam pelo reconhecimento das potencialidades e pela construção de rotinas que incentivem a independência em tarefas diárias e acadêmicas.

A inclusão da autonomia nos objetivos de ensino permite que o aluno participe ativamente do seu processo de aprendizagem. Para alcançar isso, é necessário que as escolas ofereçam um ambiente estruturado, com recursos acessíveis e mediação pedagógica eficaz. Oliveira e Resende (2016) apontam que os espaços multifuncionais representam locais privilegiados para desenvolver tais competências, sobretudo quando se prioriza a construção do conhecimento a partir da experiência concreta. A escola deve garantir liberdade para o aluno explorar, errar e tentar novamente.

A adoção de metodologias ativas tem sido uma das estratégias mais promissoras na promoção da autonomia. Atividades baseadas em projetos, jogos pedagógicos e resolução de problemas permitem que o aluno experimente diversas formas de aprender, usando os próprios interesses como ponto de partida. Pereira e Sousa (2025) destacam que esse tipo de abordagem favorece o pensamento crítico, a capacidade de tomar decisões e a valorização da aprendizagem significativa, elementos essenciais para a construção da autonomia.

O uso de tecnologias assistivas complementa essas metodologias, permitindo que os alunos superem barreiras e se expressem com mais liberdade. Softwares educativos, pranchas de comunicação e materiais sensoriais aumentam a acessibilidade e tornam o ambiente escolar mais inclusivo. Para Garcia e Paula Nunes (2019), os recursos tecnológicos, quando bem integrados às práticas pedagógicas, não apenas apoiam o desenvolvimento cognitivo, mas também reforçam a autonomia na execução de atividades cotidianas.

Um dos grandes desafios para promover a autonomia está na formação dos professores. Muitos ainda enfrentam dificuldades para compreender como desenvolver esse aspecto no cotidiano escolar e acabam priorizando a assistência direta em vez da independência. Fernandes e Dall'Acqua (2016) explicam que a formação docente precisa ir além dos conteúdos teóricos e contemplar vivências práticas, que mostrem como adaptar estratégias e respeitar os limites sem impedir a iniciativa do estudante. O preparo adequado é um pilar da inclusão efetiva.

Outro ponto crítico é a falta de tempo e de equipe nas escolas, o que limita o atendimento individualizado necessário para trabalhar a autonomia com qualidade. O excesso de tarefas burocráticas, somado à ausência de profissionais de apoio, compromete a atuação pedagógica, o financiamento adequado



e valorização dos profissionais, que são indispensáveis para garantir a continuidade e efetividade do atendimento educacional especializado.

A parceria com as famílias representa uma estratégia poderosa, mas nem sempre valorizada pelas instituições. Quando há diálogo aberto, alinhamento de objetivos e troca de experiências entre escola e família, o desenvolvimento da autonomia se fortalece. Os cuidadores devem ser orientados a respeitar o ritmo dos filhos e incentivar pequenas responsabilidades em casa, pois isso reflete positivamente na segurança do aluno ao tomar decisões no ambiente escolar (REIS, 2017 p. 04).

A escuta ativa do estudante é essencial no planejamento das atividades. Conhecer suas preferências, respeitar suas escolhas e valorizar suas opiniões ajudam a desenvolver a capacidade de autorregulação e iniciativa.

Estabelecer metas claras, possíveis e progressivas também é uma estratégia eficiente. As tarefas devem ser desafiadoras na medida certa, permitindo que o estudante perceba seu próprio avanço e se sinta estimulado a continuar aprendendo. Silva (2023) afirma que metas bem definidas ajudam a organizar o percurso pedagógico e contribuem para o senso de responsabilidade e pertencimento, elementos-chave para o fortalecimento da autonomia no ambiente escolar.

O desenvolvimento da autonomia não é linear, nem ocorre em ritmo uniforme. Há momentos de retrocesso, necessidade de apoio maior e redefinição de estratégias. Por isso, o planejamento pedagógico deve ser flexível e aberto às mudanças. Antonioli e Eisenberg (2023) explicam que a autonomia é um processo relacional e contextual, que envolve múltiplas variáveis e requer paciência, persistência e compromisso ético com a singularidade de cada aluno.

A valorização das conquistas, por menores que pareçam, reforça a autoestima e estimula o desejo de aprender. Professores devem reconhecer e celebrar cada passo, promovendo um ambiente positivo e motivador. Garcia e Paula Nunes (2019) argumentam que o reforço positivo, a linguagem encorajadora e a relação de confiança entre aluno e professor são estratégias que impactam diretamente a motivação para agir de forma autônoma, mesmo diante das dificuldades.

Superar os desafios da promoção da autonomia requer o envolvimento de toda a comunidade escolar. O trabalho não pode ficar restrito à Sala de Recursos Multifuncionais, mas deve se estender à sala comum, aos espaços coletivos e às atividades extracurriculares. Fernandes e Dall'Acqua (2016) apontam que a construção de uma cultura inclusiva só se concretiza quando todos os setores da escola compartilham a responsabilidade pelo desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo oportunidades reais de participação, escolha e protagonismo.



3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo de revisão bibliográfica, intitulado "Desenvolvimento da Autonomia de Alunos com Deficiência Intelectual em Ambientes Multifuncionais", foi estruturada com o objetivo de reunir, analisar e interpretar criticamente produções científicas relevantes sobre o tema. O processo iniciou-se com uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas consolidadas, como SciELO, Google Scholar, Repositório da CAPES, ERIC, e Biblioteca Digital da USP, garantindo amplitude e diversidade de fontes. Para a localização dos materiais, foram utilizados descritores como “autonomia escolar”, “deficiência intelectual”, “educação inclusiva”, “salas de recursos multifuncionais” e “atendimento educacional especializado”, individualmente e em combinações por meio de operadores booleanos.

A seleção dos documentos baseou-se em critérios de inclusão bem definidos: publicações entre os anos de 2016 a 2025, em língua portuguesa, com acesso integral e que abordassem de forma direta o desenvolvimento da autonomia de estudantes com deficiência intelectual no contexto do AEE ou das SRM. Excluíram-se estudos duplicados, incompletos, desconexos do tema central ou com linguagem meramente opinativa sem respaldo teórico. As produções selecionadas incluíram artigos empíricos, revisões sistemáticas, dissertações, teses e livros técnicos, compondo um corpo documental sólido e alinhado aos objetivos propostos.

A abordagem analítica foi de natureza qualitativa, orientada por uma perspectiva crítica e interpretativa. Após a leitura flutuante do material, procedeu-se à análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin, com categorização dos principais núcleos temáticos recorrentes nos textos. As categorias centrais envolviam: estratégias pedagógicas promotoras de autonomia, papel do professor do AEE, uso de tecnologias assistivas e desafios enfrentados nos ambientes multifuncionais. Essa sistematização permitiu uma compreensão estruturada das contribuições já consolidadas e das lacunas ainda presentes na literatura.

O levantamento e a organização dos dados foram realizados sem a utilização de softwares automatizados, sendo feitas manualmente por meio de fichamento e resumos analíticos. O estudo não envolveu coleta de dados empíricos, aplicação de questionários ou observações em campo, mantendo-se estritamente no escopo de revisão teórica. Todos os materiais utilizados foram devidamente referenciados conforme as normas da ABNT, assegurando o rigor acadêmico e a rastreabilidade das informações analisadas.

Esse percurso metodológico foi escolhido por possibilitar uma leitura ampla e crítica do conhecimento produzido sobre o desenvolvimento da autonomia em alunos com deficiência intelectual no AEE. Oferece também subsídios relevantes para que outros pesquisadores repliquem o estudo, revisitem as fontes primárias e avancem na construção de práticas pedagógicas mais efetivas dentro das Salas de Recursos Multifuncionais.



Foram incluídas e analisadas seis produções científicas entre 2016 e 2025, abrangendo revistas especializadas e dissertações disponíveis em repositórios institucionais, como: Formação de professores para alunos público-alvo da Educação Especial: limites e perspectivas; Caracterização da avaliação da aprendizagem nas Salas de Recursos Multifuncionais para alunos com deficiência intelectual; A importância da Sala de Recursos Multifuncionais na inclusão do estudante com deficiência intelectual; Inclusão e Diversidade no Contexto Escolar; O desenvolvimento da autonomia em alunos com deficiência intelectual: estudo em Sala de Recursos Multifuncionais; A autonomia da pessoa com deficiência intelectual: uma revisão de literatura; e Influência de metodologias ativas no desenvolvimento da autonomia de alunos com deficiência intelectual; conforme listado nas referências.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentou uma análise fundamentada sobre o desenvolvimento da autonomia de alunos com deficiência intelectual em ambientes multifuncionais, com foco na atuação do Atendimento Educacional Especializado. A pesquisa bibliográfica possibilitou compreender como práticas pedagógicas planejadas, o uso de recursos adequados e a intencionalidade do professor podem contribuir significativamente para fortalecer a independência desses estudantes no contexto escolar. O objetivo de investigar estratégias eficazes e os principais desafios foi atendido por meio da identificação de propostas já aplicadas na educação inclusiva.

A revisão teórica revelou que o desenvolvimento da autonomia exige mais do que adaptações curriculares. Envolve posturas pedagógicas que favorecem a participação ativa do aluno, além da articulação entre os diversos profissionais da escola. Também ficou evidente que, apesar dos avanços na legislação e da ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais, ainda persistem limitações estruturais, formativas e atitudinais que dificultam a efetividade dessas ações. Tais obstáculos foram reconhecidos como fatores que interferem no alcance pleno dos resultados desejados.

Em relação à hipótese inicial, foi possível comprovar que a atuação do AEE pode sim promover a autonomia dos alunos com deficiência intelectual, desde que amparada por estratégias específicas, planejamento individualizado e ambientes acessíveis. A escuta ativa, a valorização das pequenas conquistas e a promoção do protagonismo se destacam como pontos-chave nesse processo. Ainda assim, é necessário reconhecer que a aplicação prática dessas ações enfrenta dificuldades, sobretudo pela carência de políticas públicas que assegurem a formação continuada e os recursos necessários.

Considerando o alcance do trabalho, a temática pode ser explorada em contextos variados, ampliando-se para estudos de campo que avaliem os impactos das estratégias utilizadas em diferentes realidades escolares. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a realização de investigações empíricas sobre práticas pedagógicas inovadoras e a eficácia de tecnologias assistivas no estímulo à autonomia. Essa



continuidade poderá enriquecer o debate sobre inclusão e oferecer subsídios mais robustos à formação docente e às políticas educacionais.



REFERÊNCIAS

ANTONIOLI, Camyla; EISENBERG, Zena. **A autonomia da pessoa com deficiência intelectual: uma revisão de literatura.** Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, n. 1, e40/1–21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X68742>. Acesso em: 14 mai. 2025.

FERNANDES, Otalara A. P.; DALL'ACQUA, Maria José C. **Formação de professores para alunos público-alvo da Educação Especial: limites e perspectivas.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Fortaleza, v. 11, n. esp. 2, p. 1048–1058, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v11.esp2.p1048-1058>. Acesso em: 14 mai. 2025.

GARCIA, Carolina R. Schirmer; PAULA NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula (Org.). **Inclusão e Diversidade no Contexto Escolar.** São Paulo: Editora UNESP, 2019.

OLIVEIRA, Alexandra Ayach S.; RESENDE, Dannielly Araújo. **Caracterização da avaliação da aprendizagem nas Salas de Recursos Multifuncionais para alunos com deficiência intelectual.** Revista Brasileira de Educação Especial, Campo Grande, v. 22, n. 3, p. 569–583, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YpfntDqmH7QgrHZKRZDYBsP/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

PEREIRA, Fernanda A.; SOUSA, Carla M. **Influência de metodologias ativas no desenvolvimento da autonomia de alunos com deficiência intelectual.** Revista Ensino & Cidadania, Recife, v. 8, n. 3, p. 112–128, set. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/rec.enscid.v8n3.2025>. Acesso em: 14 mai. 2025.

REIS, Eletrissandra Rodrigues. **A importância da Sala de Recursos Multifuncionais na inclusão do estudante com deficiência intelectual.** Mossoró: Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/8260>. Acesso em: 14 mai. 2025.

SILVA, Hélio C. **O desenvolvimento da autonomia em alunos com deficiência intelectual: estudo em Sala de Recursos Multifuncionais.** Revista Educação Especial, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 325–344, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382023000300001>. Acesso em: 14 mai. 2025.